

Percepções sobre participação e representatividade partidária entre estudantes secundaristas

Abraão Pustrelo Damião, IFSP, campus Barretos, e-mail: abraaod@ifsp.edu.br.
Palavras-chave: Juventude, Participação, Representatividade, Partido

Introdução

Este trabalho, parte de um projeto mais amplo sobre política e juventude, desenvolvido no IFSP, campus Barretos, desde 2019, buscou compreender, em um ano eleitoral, como os alunos dos cursos técnicos integrados ao ensino médio oferecidos pelo campus, jovens entre 14 e 18 anos, percebem a atuação dos partidos políticos na e para a representação das demandas juvenis. Para tanto, confrontamos os dados de um questionário específico sobre política e partidos políticos destinado aos discentes do ensino médio do IFSP, campus Barretos, na plataforma *Google Forms*, com a bibliografia selecionada e entrevistas presenciais com 15 (quinze) estudantes.

Objetivos

O objetivo geral foi compreender e discutir a percepção dos sujeitos da pesquisa, em paralelo com a bibliografia selecionada, sobre a representatividade e a participação dos jovens e suas demandas dentro dos partidos políticos

Material e Métodos

Combinamos a dimensão explicativa da bibliografia selecionada, com o tratamento exploratório das entrevistas e o quantitativo dos dados para a análise das informações e percepções dos sujeitos da pesquisa.

Resultados e Discussão

Os dados de nossa pesquisa revelaram uma correlação entre confiança e interesse pela política, na proporção de quanto maior a desconfiança maior o desinteresse pela participação. Nosso estudo constatou também que, entre os mais de duzentos entrevistados, somente 0,96 % já participou de atividades promovidas por partidos políticos, enquanto 66,7% afirmaram que nunca participariam de

atividades organizadas por eles, enquanto apenas 5,5% pensam em se filiar a algum partido futuramente. Em outra pergunta, confirmamos que apenas 2,4% dos entrevistados se sentem representados politicamente pelos partidos políticos ou pelos políticos eleitos. Ainda que todas as formas de desconfiança apresentem correlações significativas, é a desconfiança nos partidos que revela as interfaces mais significativas para nós, pois os partidos têm a função mediadora na democracia representativa. É somente através deles que os indivíduos podem ingressar nos poderes legislativos e executivos e tornarem-se representantes legítimos de grupos de interesse dentro da “máquina democrática”. Portanto, “é da política partidária que os jovens tendencialmente se afastam e isso reflete-se particularmente bem na relação entre (des)interesse e (des)confiança” (AUGUSTO, 2008, p. 168).

Em termos institucionais, abordagens recentes (GOHN, 2018; LÜCHMANN; 2007 e CASTRO, 2008) revelam que a falta de projetos partidários claros, a redução da ação política às conveniências cotidianas e a forma rígida da burocracia partidária no Brasil, que privilegia estamentos consagrados e não oportuniza a representação jovem dentro da hierarquia decisória, são fatores decisivos para a baixa participação deles nessa instância do jogo democrático.

Ao mesmo tempo, a percepção negativa dos entrevistados é reforçada na medida em que se sobressai dentro das estruturas partidárias o ideário de que o jovem precisa ser enquadrado e tutelado pelos adultos, que eles “devem” aprender com os mais velhos “como que se faz”, inclusive em termos de ação e militância políticas. Isso faz com que, mesmo quando são representados dentro da estrutura partidária, os jovens não alcancem uma participação efetiva nos processos deliberativos.

Vale ressaltar que a descrença e a desconfiança nos partidos e políticos profissionais não é algo exclusivo da juventude. Inclusive, alguns autores e autoras têm apontado esta descrença como sendo uma das características da crise do sistema representativo vigente na maioria dos países do Ocidente, incluindo o Brasil (MIGUEL, 2014; ALMEIDA, 2015). Além disso, nos últimos anos, estes sentimentos também vêm sendo apontados como parte de um fenômeno político mais amplo, denominado de “crise das democracias liberais”.

Segundo Gohn (2018) e Castro (2009) os partidos políticos e as instituições estatais e civis têm buscado atrair a juventude para seus quadros e várias políticas públicas foram elaboradas, nas últimas duas décadas, para atender as demandas desse grupo social. Nos últimos anos, grupos empresariais e religiosos também têm financiado e estimulado jovens a participarem de grupos e/ou movimentos de “renovação política”, chegando até mesmo, em alguns casos, a financiar carreiras políticas (MESQUITA, 2016). Não podemos esquecer também que, paralelamente à elaboração de políticas públicas federais, diversos partidos (como PT, PSDB, PV e PDT) criam suas secretarias nacionais para juventude e passam a estimular a filiação e a participação política dos jovens, a partir dos anos 2000 (LÜCHMANN, 2007).

A questão fundamental, contudo, é que quando apresentamos esse histórico aos alunos entrevistados, eles afirmaram não ter conhecimento dessas ações. De maneira geral, encontramos, pelo menos, duas determinações possíveis para esse desconhecimento. Por um lado, os jovens de hoje não viveram um período de ausência de políticas para a juventude, como gerações anteriores, o que dificulta sua compreensão sobre o movimento histórico que levou a essas conquistas. Por outro, precisamos reforçar o trabalho pedagógico e institucional para informar e instruir os jovens sobre as conquistas recentes de seus direitos e, com isso, estimular sua participação, indicando possíveis caminhos para o seu exercício, como durante o processo de elaboração e/ou avaliação de políticas públicas e partidárias.

Conclusões

Apesar do avanço das políticas públicas voltadas para a juventude e do crescente movimento dos partidos políticos para aproximarem os jovens de seus quadros institucionais, nas últimas décadas, há ainda uma evidente “desconfiança” da atuação partidária como ferramenta de transformação social, bem como um questionamento, por parte da juventude, que eles representam, de fato, seus interesses.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer ao IFSP, através do programa PIBIFSP, e aos alunos que se dispuseram a participar da pesquisa.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, H. W. **O uso das noções de adolescência e juventude no contexto brasileiro.** Em *Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais. Ação educativa*, São Paulo, 2005.
- AUGUSTO, M. **A juventude e a(s) política(s): Desinstitucionalização e individualização.** *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 81, 2008, 155-177.
- BENEVIDES, M.M. **Educação para a democracia.** *Lua Nova*, São Paulo, n. 38, p. 223-237, dez. 1996.
- CASTRO, Lúcia Rabello de. **Juventude e socialização política: atualizando o debate.** *Psic.:Teor. e Pesq.*, Brasília, vol. 25, nº 4, pp. 479-487, Dec., 2009.
- CARRANO, P. **A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes.** *Revista O Social em Questão - Ano XV - nº 27 - 2012*, p. 83-100.
- GOHN, Maria da Glória. **Jovens na política na atualidade – uma nova cultura de participação.** *Caderno CRH*, Salvador, v. 31, n. 82, pp. 117-133, Jan./Abr., 2018
- LÜCHMANN, L.H.H. **A representação no interior das Experiências de participação.** *Revista Lua Nova*, São Paulo, 70: 139-170, 2007.
- MESQUITA, M. R., et. al. **Juventudes e participação: compreensão de política, valores e práticas sociais.** *Revista Psicologia & Sociedade*, 28(2), pp. 288-297, 2016.
- SPOSITO, M. P.; CARRANO, P.C.R. **Juventude e políticas públicas no Brasil.** *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 16-39, Dec. 2003.